



EMPRESA PAULISTA DE TELEVISÃO S.A.

CNPJ/MF nº 46.242.004/0001-87

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos aos Senhores Acionistas as demonstrações financeiras e notas explicativas relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Campinas, 20 de março de 2025.

A Administração

	Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais - R\$)			
	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
ATIVO				
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	184.253	156.786	190.167	164.419
Aplicações financeiras	-	35.869	-	35.869
Contas a receber de clientes	33.569	35.444	34.825	36.749
Tributos a recuperar	3.858	2.467	4.121	2.654
Contas a receber partes relacionadas	769	1.270	695	1.229
Outros ativos	2.315	2.022	2.384	2.110
	224.764	233.858	232.192	243.030
Ativo não circulante				
Tributos diferidos	7.143	7.498	7.727	7.498
Depósitos judiciais	5.977	6.013	6.038	6.073
Investimentos	40.477	42.432	-	-
Bens de direito de uso	5.723	4.350	5.723	4.350
Imobilizado	61.470	59.848	63.635	61.894
Intangível	30.904	31.560	64.136	64.146
Outros ativos	-	-	37	42
	151.694	151.701	147.296	144.003
Total do ativo	376.458	385.559	379.488	387.033

	Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais - R\$)			
	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
PASSIVO				
Passivo circulante				
Fornecedores	4.115	3.990	4.390	4.370
Arrendamento mercantil	2.428	1.609	2.428	1.609
Obrigações sociais e trabalhistas	13.086	11.998	13.799	12.611
Dividendos a pagar	12.904	-	12.904	-
Obrigações tributárias	5.479	5.166	5.692	5.416
Provisões para remuneração variável	9.954	8.231	9.962	8.238
Partes relacionadas	253	277	311	273
Outros passivos	735	539	783	752
	48.954	31.810	50.269	33.269
Passivo não Circulante				
Arrendamento mercantil	3.769	3.082	3.769	3.082
Obrigações tributárias	1.068	-	1.068	-
Provisões para riscos	13.117	16.542	14.832	16.557
	17.954	19.624	19.669	19.639
Patrimônio Líquido				
Capital Social	160.000	160.000	160.000	160.000
Reserva Legal	7.720	5.004	7.720	5.004
Reservas de lucros	141.830	169.121	141.830	169.121
Total do patrimônio líquido	309.550	334.125	309.550	334.125
Participação de não controladores	-	-	-	-
Total do passivo e patrimônio líquido	376.458	385.559	379.488	387.033

	Demonstrações dos resultados em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais - R\$)			
	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Receita operacional líquida	229.937	213.627	240.200	224.014
Custo dos serviços prestados	(113.869)	(111.981)	(120.942)	(118.492)
Lucro bruto	116.068	101.646	119.258	105.522
Despesas gerais e administrativas	(45.300)	(45.203)	(47.671)	(48.479)
Despesas comerciais	(27.648)	(23.737)	(27.648)	(23.737)
Resultado de equivalência patrimonial	974	1.088	-	-
Outras receitas operacionais, líquidas	4.716	(5.927)	3.952	(5.611)
Lucro operacional	48.810	27.867	47.891	27.695
Receitas financeiras	16.936	25.627	17.584	26.352
Despesas financeiras	(3.938)	(1.780)	(3.975)	(1.875)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	61.808	51.714	61.500	52.172
Imposto de renda e contribuição social correntes	(7.124)	(6.830)	(7.400)	(7.190)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(355)	2.048	229	1.950
Lucro líquido do exercício	54.329	46.932	54.329	46.932
Atribuível a				
Participação dos controladores	-	-	54.329	46.932
Participação dos não controladores	-	-	-	-
			54.329	46.932

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

	Demonstração das mutações do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais - R\$)			
	Capital social		Reserva legal	
	2024	2023	2024	2023
Saldos em 31 de dezembro de 2022	154.500	-	4.658	166.186
Lucro líquido do exercício	-	-	-	46.932
Constituição de reserva	-	-	2.347	(2.347)
Dividendos intermediários pagos	-	-	-	(4.151)
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(11.146)
Integralização de capital	5.500	(2.000)	(3.500)	-
Transferência para reserva de retenção de lucros	-	-	10.585	(10.585)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	160.000	5.004	169.121	334.125
Lucro líquido do exercício	-	-	-	54.329
Constituição de reserva	-	-	2.716	(2.716)
Dividendos intermediários pagos	-	-	(66.000)	(66.000)
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(12.904)
Transferência para reserva de retenção de lucros	-	-	38.709	(38.709)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	160.000	7.720	141.830	309.550

	Demonstrações dos resultados abrangentes em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais - R\$)			
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	54.329	46.932	54.329	46.932
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	54.329	46.932	54.329	46.932
Atribuível a				
Participação dos controladores	-	-	54.329	46.932
Participação dos não controladores	-	-	-	-
			54.329	46.932

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

1. Contexto operacional: A Empresa Paulista de Televisão S.A. (a "Companhia"), é uma companhia de capital fechado, localizada em Campinas, Estado de São Paulo, Brasil, com unidade geradora em Campinas e Ribeirão Preto, dedicando-se às atividades de radiodifusão com transmissão de sinal de TV digital para 115 municípios do estado de São Paulo. A outorga para a execução dos serviços de radiodifusão de sons e imagens é concedida pela União Federal através da aprovação do Presidente da República e Congresso Nacional. Além disso, as outorgas para execução dos serviços de radiodifusão de sons e imagens são concedidas separadamente por localidade. As outorgas não são exclusivas e expiram após 15 anos contados a partir da sua concessão e são renováveis mediante solicitação por um período similar. Os prazos das outorgas da Empresa Paulista de Televisão S.A., para os períodos de fevereiro de 2022 a fevereiro de 2036 "localidade Campinas/SP" e de maio de 2022 a maio de 2036 "localidade Ribeirão Preto/SP", encontram-se em processo de renovação, tendo sido protocolado no Ministério das Comunicações, em agosto de 2020 e, considerando que a Companhia vem cumprindo com todos os requerimentos da lei, não existem quaisquer indicativos de que o processo de renovação não será concluído como ocorreu em oportunidades anteriores. A Companhia atua como emissora afiliada à Rede Globo de Televisão e tem sua programação básica fornecida por aquela empresa, com suporte formal em contratos firmados entre as partes. Os saldos e resultados provenientes das transações com a Rede Globo refletem as condições estabelecidas em negociações, suportadas por esses contratos. A Companhia controla ainda a empresa Terra da Gente Produções e Eventos Ltda., localizada em Campinas, estado de São Paulo, dedicando-se às atividades de prestação de serviços de publicidade e distribuição de peças em geral, geração e transmissão de sinais e produção de programas para empresas radiodifusoras e outras; a empresa Rádio Regional Comunicação Ltda., localizada em Ribeirão Preto, estado de São Paulo, dedicando-se às atividades de radiodifusão; e também a empresa Rádio Cultura de Campinas que se dedica a atividades de radiodifusão.

2. Políticas contábeis materiais: As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **2.1. Base de preparação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas, foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. Portanto, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo. A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa nº 3. **2.2. Consolidação:** **a) Demonstrações financeiras individuais:** As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). **b) Demonstrações financeiras consolidadas:** Diferente de anos anteriores, a administração da Companhia optou por apresentar as demonstrações financeiras consolidadas, estas que antes eram apresentadas somente por sua controladora Controladora Participações S.A. conforme exceção prevista no parágrafo 4(a) do pronunciamento técnico CPC 36(R3). As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), uma vez que a Companhia possui investimento em controladas que são avaliados pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com este método, os investimentos em controladas são reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ao custo de aquisição, sendo ajustada periodicamente pelo valor correspondente à participação da Companhia nos resultados líquidos das investidas, tendo como contrapartida uma conta de "Resultado de equivalência patrimonial" em resultado do período. As participações em sociedades controladas estão demonstradas a seguir:

	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
	Participação direta - %	Participação direta - %
Terra da Gente Produções e Eventos Ltda.	99,98%	99,98%
Rádio Regional Comunicação Ltda.	99,98%	99,98%
Rádio Cultura de Campinas Ltda.	99,98%	99,98%

c) Autorização da conclusão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: A diretoria da Companhia autorizou a conclusão e divulgação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 13 de março de 2025, nas quais considerando os eventos subsequentes ocorridos até esta data, que pudessem ter efeito sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, quando requeridos. A diretoria declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela diretoria na sua gestão. **2.3. Conversão de moeda estrangeira:** **a) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Companhia. **b) Transações e saldos:** As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são mensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. **2.4. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa compreendem os valores de caixa, depósitos líquidos e outros investimentos de curto prazo, com vencimento de até três meses, com risco insignificante de alteração de valor. São prontamente convertíveis em caixa, sendo indexados à taxa dos certificados de depósito interbancário ("taxa DI" ou "CDI"). **2.5. Aplicações financeiras:** As aplicações financeiras CDB e fundos de investimentos, são mantidas em instituições financeiras de primeira linha, que possuem taxas de avaliação de rating, são de curto prazo, não estão sujeitas a riscos de perdas significativas e de modo geral mantêm-se o "CDI" como referência. **2.6. Ativos financeiros: 2.6.1. Classificação:** A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob a categoria de custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. **a) Custo amortizado:** São ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Compreendem "Caixa e equivalentes de caixa", "Contas a receber de clientes", "Depósitos judiciais" e "Partes relacionadas". **2.6.2. Reconhecimento e mensuração:** São contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. **2.6.3. Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **2.6.4. Impairment de ativos financeiros:** A Companhia avalia em base prospectiva as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia de impairment aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito. Para as contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis. **1) Reconhecimento e mensuração:** Os ativos financeiros são baixados quando incorrido o vencimento dos direitos de receber fluxos de caixa ou renda da transferência; neste último caso, desde que a Companhia transferir, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. **2) Passivos financeiros: 2.7.1. Reconhecimento inicial e mensuração:** Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, e passivos financeiros ao custo amortizado, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores, arrendamentos, partes relacionadas e dividendos a pagar. **2.7.2. Mensuração subsequente:** Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias: • Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e • Passivos financeiros ao custo amortizado. A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo. **Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado. **Passivos financeiros ao custo amortizado:** Esta é a categoria mais relevante para a Companhia. Após o reconhecimento inicial, arrendamentos contraiados e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. **2.7.3. Desreconhecimento:** Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada

ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. **2.8. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber são representadas pelos respectivos valores de realização, podendo incluir, caso seja necessário, a provisão para perda esperada em créditos de liquidação duvidosa (PECLD), cujo cálculo é baseado em estimativa suficiente para cobrir prováveis perdas na realização das contas a receber, conforme método de alocação exigido de acordo com o pronunciamento técnico CPC 48. A PECLD, quando aplicável, é constituída com base no histórico de perdas, em montante considerável suficiente pela Administração para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa. **2.9. Outros ativos:** Os estoques referem-se a material de consumo e são demonstrados ao custo médio das contas. O saldo de estoques está sendo demonstrado sob a rubrica de "Outros ativos". **2.10. Ativos intangíveis:** **a) Ágio:** O ágio (goodwill) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como "Ativo Intangível" nas demonstrações financeiras consolidadas. No caso de apuração de deságio, o montante é registrado como ganho no resultado do exercício, na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (impairment). Ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por impairment. Perdas por impairment reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida. **b) Marcas registradas e licenças:** As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. As marcas registradas e as licenças adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data de aquisição. **c) Softwares:** As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares que é de cinco anos. **2.11. Imobilizado:** O imobilizado inclui principalmente máquinas e equipamentos e é mensurado pelo seu custo histórico de aquisição, menos depreciação acumulada. Terrenos e edificações compreendem, principalmente, centro de operações de transmissão, estúdios e escritório. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienação são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado. **2.12. Impairment de ativos não financeiros:** Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (impairment). Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente por Unidades Geradoras de Caixa (UGCs). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por impairment, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment na data do balanço. **2.13. Contas a pagar aos fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. **2.14. Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estão em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Quando aplicável, os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificado, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no exercício em que são incorridos. **2.15. Provisões para riscos:** As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de evento(s) já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidação é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa e dos efeitos tributários, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **2.16. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data-base das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre o prejuízo fiscal e as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. **2.17. Benefícios e empregados: a) Participação nos lucros:** A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia, que leva em conta o lucro operacional da Companhia. A Companhia reconhece uma provisão quando estiver contratualmente obrigada ou quando houver uma prática anterior que tenha gerado uma obrigação não formalizada (constructive obligation). **2.18. Capital social:** As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. **2.19. Reconhecimento da receita: a) Receita de publicidade:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita de publicidade é registrada quando ocorre a exibição. A Companhia reconhece a receita quando a obrigação de desempenho é cumprida. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita bruta de publicidade na Companhia compreende a veiculação de publicidade negociada localmente, assim como a negociada pela Rede Globo para exibição na emissora. As trocas não monetárias de publicidade por serviços ou produtos são registradas ao valor de mercado em receitas e despesas. **b) Receita financeira:** A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. **2.20. Arrendamentos:** CPC 06 (R2) - "Operações de Arrendamento Mercantil", com essa norma, os arrendatários passaram a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para os contratos de arrendamento mercantil que se enquadram na respectiva norma contábil. A Companhia adotou procedimentos internos para contabilização dos contratos de arrendamento mercantil, de acordo com o CPC 06 (R2), e, realiza mensalmente, as respectivas contabilizações e adições de novos contratos, quando aplicável. A Companhia reconhece o ativo de direito de uso, contra passivo de arrendamento mercantil, considerando-se os valores dos contratos de arrendamento mercantil, e aplica taxa incremental para cálculo do valor presente líquido. **2.21. Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio:** A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral. **2.22. Outras receitas e despesas:** As demais receitas e despesas são apropriadas ao resultado de acordo com o regime contábil de competência de exercícios. **2.23. Depósitos judiciais:** Em regra geral, os depósitos judiciais são mantidos pelo seu valor original, desde que não tenha determinação legal expressa que condicione, ne-

cessariamente, a atualização dos valores depositados a eventual sucesso na lide pelo depositante, a menos que ocorra des